

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Wirecard está no centro de uma investigação internacional. A gigante alemã de pagamentos online pediu insolvência em junho, depois da equipa de gestão ter reconhecido, oficialmente, que “provavelmente não existe” o montante de 1,9 mil milhões das reservas nas contas bancárias, valor que ascende a cerca de 25% do total do balanço da Wirecard. Depois de uma década de contas declaradas “limpas” pela EY, o cerco apertou-se quando a auditoria, agora da KPMG, se recusou a assinar as contas quando não conseguiu explicar a origem dos lucros reportados na Irlanda e em Singapura.

A empresa entrou na bolsa de Frankfurt em 2005 e cresceu meteoricamente por via de aquisições de vários concorrentes, chegando a ter uma valorização bolsista superior ao Deutsche Bank. A queda vertiginosa, porém, faz recordar os casos da Enron, Parmalat e Lehmon Brothers, empresas que faliram por gestão danosa e fraude financeira. Este caso veio demonstrar, mais uma vez, que as más práticas e a fraude fazem parte do modus operandi do capitalismo financeiro.

Numa conferência sobre *corporate governance*, a Presidente da CMVM, Gabriela Figueiredo Dias, afirma que a “Wirecard é exemplo de como más práticas e condutas impróprias, juntamente com vulnerabilidades dos mecanismos de governance, vieram ditar a destruição súbita”, e destaca a importância que tem um bom governo societário para a sustentabilidade de qualquer negócio.

Resta, contudo, aferir quais os critérios que formulam um bom governo societário. A idoneidade da equipa de gestão deve, certamente, constituir um desses critérios. Importa, assim, ficar a conhecer se, por parte da CMVM, houve lugar a um processo de verificação formal da idoneidade da recente contratação da Galp para administradora executiva, Susana Quintana-Plaza, ou se bastou a garantia da Galp que a saída da Wirecard foi “amigável” e que já “desencadeou procedimentos de governance”, mantendo, assim, a confiança na administradora.

A investigação em curso por parte da Comissão Europeia ao regulador financeiro alemão

demonstra que o processo está longe de estar terminado. A recente administradora da GALP era membro do Conselho Fiscal da Wirecard, um órgão de gestão responsável por exercer “uma fiscalização conscienciosa e imparcial”, de informar sobre “todas as irregularidades e inexatidões”, segundo o decreto lei que rege esta atividade e que é praticamente transversal a todos os países.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio solicitar, através do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, os seguintes esclarecimentos à Comissão do Mercado e dos Valores Mobiliários:

- Tendo em conta o percurso da recente administradora da Galp, Susana Quintana-Plaza, e os factos agora conhecidos sobre a Wirecard, vai a CMVM proceder a uma avaliação formal da sua idoneidade?

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2020

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)